



Novo preço do dólar: Cr\$ 542,97. E Langoni adverte quem pensa em especular.

Ele avisa que haverá formas de evitar grandes lucros com a ORTN cambial

O dólar será vendido a partir de hoje a Cr\$ 542,97 (mais 2,275%) e comprado a Cr\$ 540,27, na 26ª desvalorização deste ano e a quinta do mês de junho. Ao comentar a política do governo no setor, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, assegurou dispor de instrumentos suficientes para evitar ganhos especulativos com as ORTNs cambiais. "A remuneração adicional, gerada pela diferença entre as correções cambial e monetária, será integralmente taxada. O Decreto-Lei nº 2.029 foi preparada para isso, com o aumento do imposto de renda a pagar no exercício. A remuneração dos papéis com correção monetária e das ORTNs serão iguais."

No entanto, o documento legal citado por Langoni não tem força para isso. A lei não atinge as pessoas físicas, determinando apenas que a remuneração das ORTNs cambiais será incorporada ao lucro tributável das empresas.

— A variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), com cláusula de opção de resgate pela correção cambial, será computada na determinação do lucro real com base no valor reajustado segundo os coeficientes fixados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República ou, se maior, segundo a taxa de câmbio em vigor na data de encerramento de cada período — diz o artigo 4º do Decreto-Lei nº 2.029, integrante da primeira parte do pacote do último dia 9.

Também não será capaz de absorver todo o lucro do investidor em ORTNs cambiais o imposto de renda na fonte criado em consequência da maxidesvalorização de fevereiro, através do Decreto-Lei nº 2.014. A alíquota do imposto retido dos investidores — pessoas físicas e jurídicas — é de 45% para papéis vencíveis este ano e de 30% para ORTNs cambiais com vencimento a partir de 1984.

O presidente do Banco Central disse que, apesar de eventuais variações mensais, a correção cambial acompanhará a inflação efetiva, ao longo de cada trimestre.

O dirigente de um grande banco estrangeiro criticou a exclusão da correção cambial do expurgo imposto aos índices de preços, correção monetária e salários, com o argumento de que elevará os juros internos e ampliará a especulação, agravando a falta de credibilidade no governo. Lembrou, a propósito, que a Resolução nº 802 (que visava justamente a dar garantia contra uma nova máxi) desapareceu durante uma simples "reunião telefônica" do Conselho Monetário Nacional.

A cotação do dólar

O quinto reajuste, no mês, do dólar entra em vigor com intervalo de sete dias em relação ao anterior e eleva o acumulado mensal para 10%, já 2% acima da correção monetária e de 8% em junho. No trimestre abril-junho, a correção cambial acumulada somou 30,04% e ficará abaixo da inflação real, caso a taxa inflacionária deste mês supere 11,6%.

Desde o início do ano, o cruzeiro sofreu 26 desvalorizações, incluída a máxi em fevereiro, no total acumulado de 114,896%. A correção cambial em 12 meses alcança o nível recorde de 213,509%. Com a vigência das novas regras sobre a correção cambial, estabelecidas na Resolução nº 841, o Banco Central ganhou margem para manter, no trimestre julho-setembro, desvalorização do cruzeiro em ritmo ainda mais rápido.

O presidente do Banco Central reiterou que a política cambial mantém o "realismo" do estímulo às exportações, dentro da "coerência das medidas em conjunto para eliminar a inflação corretiva e expurgar mais a correção monetária do que os salários, também por questão de justiça, e eqüidade social".